

As pescas em Portugal Continental: o caso da Afurada

Fernando Jorge Teixeira dos Santos

Introdução

Este estudo, embora procure clarificar, de uma forma geral, a actual situação da pesca em Portugal Continental, visa fundamentalmente compreender a importância desta actividade na organização do espaço, destacando para isso o caso da Afurada. Assim, foi nosso propósito compreender os efeitos, nesse espaço, das alterações ocorridas no sector das pescas, fruto do processo de integração do País na União Europeia, a que se sobrepôs um quadro mais alargado de mundialização da economia.

Contudo, não deixa de ser pertinente assinalar a dificuldade que oferece a estatística portuguesa para o estudo da pesca dado, por um lado, a existência de deficiências no tocante às variáveis tratadas (quebras nas séries estatísticas...) e, por outro, a ocorrência de erros significativos (desembarques infraestimados...). A insuficiência de estudos sobre o tema, constituiu também um especial entrave ao desenvolvimento do trabalho de investigação.

Perante a complexidade da temática a tratar, optou-se por dividir o trabalho em duas partes distintas.

¹ Professor da Escola de Gomes Teixeira, Porto.

² As incorrecções da estatística portuguesa, particularmente no sector das pescas, não constituem um problema recente, tendo sido várias as individualidades que, numa atitude de sensibilização, alertaram para os inconvenientes decorrentes dessa situação. A título de curiosidade, atente-se nas palavras de Vicente d'Eça em 4 de Dezembro de 1902: "Devo dizer que, para chegar a este número, tomei o produto da pesca, tal como o dá a estatística [...] e aumento de 25% é o que a experiência nos diz que podemos fazer, para corrigir as deficiências provenientes das fraudes das declarações, dos favores da fiscalização e do valor da alimentação dos próprios pescadores" (EÇA, 1903: 4).

³ Suzanne Daveau confirma esta dificuldade ao referir que: "[...] escasseiam os estudos de conjunto, que permitam acompanhar a evolução da pesca e do seu papel em Portugal e entender assim melhor os complexos problemas actuais" (in LAUTENSACH, RIBEIRO e DAVEAU, 1991, IV: 1136).

Na primeira, faz-se uma caracterização geral, numa perspectiva histórica, da actividade piscatória em Portugal Continental, desde finais do século XIX até à actualidade, investigando a evolução das variáveis directamente relacionadas com as estruturas de produção de pescado, nomeadamente a frota e o pessoal empregado.

Será basicamente através da análise do comportamento destas duas variáveis e da evolução da produção primária, que procuraremos realizar esta leitura conferindo especial atenção, ao período de integração, das pescas portuguesas na Europa Azul, durante o qual a actividade tem vindo a acusar bastantes dificuldades.

Inicialmente, a abordagem incide no período compreendido entre finais do século passado e a adesão à União Europeia, o que permitiu obter uma imagem da situação que antecede este importante marco político-económico.

Na obtenção daquele desiderato, deparamos com inúmeras dificuldades, particularmente no tocante aos finais do século XX, dada a escassez das fontes existentes. No entanto, não podemos deixar de referenciar a obra notável do Comandante Baldaque da Silva, que analisa de uma forma precisa e exaustiva a realidade das pescas portuguesas naquela época.

Posteriormente, a nossa atenção centra-se nos reflexos da adesão à União Europeia. Considerou-se, por isso, oportuno, integrar uma descrição da Política

⁴ Importa, desde já, referir que os valores de produção primária de pescado incluem não só os respeitantes à pesca, como também, os relativos à aquicultura. Este facto deve-se às *Estatísticas da Pesca*, publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), apresentarem esses valores agregados, fazendo apenas a sua separação a partir de 1989. No entanto, este facto tem uma reduzida influência no estudo realizado, já que a aquicultura "[...] nunca foi relevante em Portugal, comparada com a pesca". (LEAL, 1984: 185).

Para que se possa aferir a influência da aquicultura, diremos que esta representou, segundo dados do INE, para o período compreendido entre 1990 e 1993, inclusive, um valor médio na ordem dos 2,2 % do total da produção primária de pescado em Portugal Continental. Acresce que, mesmo no período de maior produção, entre 1962 e 1972, este subsector atingiu apenas "[...] valores correspondentes a cerca de 5 % do valor total das pescas" (LEAL, 1984: 186).

Não significa isto que a aquicultura na sua globalidade e a localização das suas explorações, em particular, não devam ser alvo de estudos por parte dos geógrafos portugueses, sendo conhecidas as potencialidades existentes no País, importando tão somente enfatizar o seu reduzido significado no presente trabalho.

⁵ António Arthur Baldaque da Silva - *Estado Actual das Pescas em Portugal*^ Imprensa Nacional, Lisboa, 1891. "Baldaque da Silva fez um inventário minucioso da actividade piscatória, abordando-a sob vários ângulos que englobam as pormenorizadas descrições de espécies, de embarcações, de artes e de portos, a avaliação sócio-económica nas suas múltiplas componentes, a compilação da legislação publicada à data, ressaltando de toda a sua análise uma preocupação pela preservação dos recursos vivos tão sujeitos a constantes agressões" (COSTA e FRANCA, 1982: 7).

Comum da Pesca que, possibilitando o conhecimento dos seus principais aspectos, permitisse observar a evolução das variáveis em estudo, à luz desse novo enquadramento jurídico, e consequentemente verificar as suas implicações no sector.

Neste sentido, a análise da legislação comunitária para o sector teve como principais fontes, por um lado, o *Manual sobre a Política Comum da Pesca* e, por outro, os *Relatórios Gerais Sobre a Actividade da União Europeia*. Este procedimento não dispensou, obviamente, a análise mais detalhada dos diferentes diplomas legislativos publicados nos periódicos oficiais.

A segunda parte, constituiu-se como o estudo de um caso, incidindo a observação sobre evolução da actividade piscatória num espaço local — S. Pedro da Afurada — numa perspectiva de análise sobre a relação entre a actividade piscatória e um território. Neste sentido, considerou-se pertinente, numa fase inicial, a abordagem do núcleo piscatório, numa perspectiva histórica, que permitisse não só coligir elementos sobre a sua origem como também perspectivar o seu ulterior desenvolvimento.

Para a realização desta tarefa, recorremos a um leque bastante restrito de referências bibliográficas, dado os estudos sobre a freguesia serem não só em número diminuto mas também de qualidade questionável. Sublinhe-se igualmente o importante contributo que resultou da consulta dos processos de licenciamento de obras no Arquivo Geral da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia que, permitindo a obtenção de cartografia, se revelaram de inegável valor para compreender o desenvolvimento do aglomerado.

O estudo da actividade piscatória, consubstanciado na análise de indicadores quantitativos, correspondeu a um dos assuntos de mais difícil tratamento pela dificuldade com que deparamos na obtenção de dados, devido à confidencialidade a que estão sujeitos por parte dos organismos oficiais.

Não podemos deixar de referenciar a importância do inquérito realizado, sob a forma de amostragem aleatória, no Bairro dos Pescadores que, abrangendo um total de trinta fogos, possibilitou um conhecimento mais objectivo da população residente.

A actividade piscatória foi também abordada sem subestimar a importância das estruturas que lhe servem de suporte. Afigurou-se, por isso, indispensável conferir o devido relevo aos condicionalismos que advêm do posicionamento geográfico do porto de pesca da Afurada, nomeadamente a questão da barra do Douro. Em momento subsequente foram considerados os reflexos das profundas alterações da pesca na organização do espaço local e as novas dinâmicas territoriais que lhe são inerentes.

Por último, pelo que eventualmente se possa concluir, pretendeu-se contribuir para um melhor conhecimento da problemática das pescas portuguesas e, no caso particular em estudo, de um pequeno núcleo piscatório que, à semelhança de muitos outros espalhados pelo litoral, parece ter começado a evidenciar uma profunda alteração, desde meados deste século, fruto do declínio da actividade que esteve na sua génese.

1. A actividade piscatória em Portugal Continental, desde os fins do século XIX à actualidade

A pesca tem sido, desde sempre, uma actividade marginalizada não só pelas fontes de informação, como também pela investigação. Este facto é tanto mais surpreendente quando somos confrontados com a extensa faixa litoral portuguesa e com tradição marítima secular. Este alheamento resulta, em nosso entendimento, da elevada especificidade do tema, tanto em termos estruturais como geográficos que, diferenciando-a grandemente das outras actividades de terra, torna difícil a sua compreensão.

A complexidade e dificuldade das tarefas no mar exigiram sempre aos seus trabalhadores dedicação absoluta e um elevado grau de especialização. Esta vivência materializou-se na formação de comunidades litorais voltadas para o mar, especificamente marítimas, com os seus costumes e formas de vida próprios, diferentes e estranhos para as comunidades do interior. Gente que, embora fisicamente próxima da de "terra", mas claramente afastada desta como consequência de vários aspectos essenciais (religiosidade, folclore, endogamia), constituiu sempre um mundo dotado de uma dinâmica própria e de grande coesão interna. Mundo desconhecido, incompreendido e socialmente marginalizado pelas culturas agrícolas e urbanas.

Portugal, país detentor de uma costa relativamente extensa, recortada por estuários e numerosos portos de abrigo, situado na proximidade de pesqueiros foi, desde tempos recuados, território propício ao desenvolvimento de comunidades piscatórias, ao longo de todo o litoral. A pesca foi, assim, o passo

⁶ Ao contrário da agricultura, o essencial da produção pesqueira é proveniente da recolha de um recurso vivo em estado livre, com elevada mobilidade e de "propriedade" comum.

⁷ "El mundo de la mar siempre ha estado físicamente junto a «de tierra», pero claramente aparte de este en multitud de aspectos esenciales (religiosidad, folklore, supersticiones, endogamia, etc). Dotado de una dinámica propia y de gran cohesión interna a través del litoral, ha sido siempre un mundo desconocido, e imprevisible, «distinto» y, marginado por las culturas agrícolas e urbanas vecinas" (BOSQUE MAUREL e VILA VALENTÍ, 1989: 504).

⁸ A título de curiosidade é interessante verificar que Armando Castro, numa das suas obras relativas ao Portugal medieval, assinala com especial relevância os factores geográfico-naturais determinantes na actividade marítima da sua população, referindo que: "Portugal [...] apresenta a particularidade de possuir uma fronteira marítima muito extensa, pois a 1209 quilómetros de fronteira terrestre ao norte e a leste, correspondem 845 de linha marítima, dos quais 671 abrangem toda a fachada oeste e 174 quilómetros a fachada sul, constituída pela costa do Algarve (1966: 106).

inicial das populações na vida do mar, ofício que, por norma, praticavam cumulativamente com a agricultura.

Todavia, a riqueza piscícola das águas costeiras nacionais, quando comparada, por exemplo, com a do mar do Norte, não é das mais favoráveis, dada a dimensão reduzida da nossa plataforma continental. Este facto motivou, desde cedo, os pescadores portugueses para a necessidade de encontrar outras áreas de pesca mais favoráveis.

Aproveitando os progressos conseguidos na construção naval e nas artes de navegação, durante os séculos XIV e XV, aquando da realização dos grandes descobrimentos marítimos, os pescadores portugueses aventuraram-se na pesca em mares mais distantes, desde o Norte de África, à Inglaterra e aos bancos da Terra Nova. Nestes últimos, os portugueses, antecipando-se aos pescadores de outras nações na pesca do bacalhau, dirigiam-se para aquelas paragens, todos os anos, com frotas numerosas, na maior parte saídas dos portos de Lisboa e de Aveiro. Durante o domínio espanhol, aos assaltos dos piratas, que infestavam a nossa costa, juntavam-se os dos holandeses, tornando-se assim cada vez mais precária a situação da classe piscatória, crescendo ainda, a pesada tributação a que estava sujeita. Com a perda temporária de independência, a partir de 1580, "[...] durante alguns séculos, as pescas portuguesas voltaram a estagnar, confinando-se às águas costeiras" (LEAL, 1984: 35).

A pesca que, durante largos anos, constituiu uma actividade florescente, no século XVII, encontrava-se, bem como outras, em decadência. Também, já desde o tempo de D. João II, a abundância de pescado fluvial não era a mesma que anteriormente, devido ao mau estado dos portos, e às estacadas ou caneiros, colocados no leito dos rios, por particulares privilegiados, que impediam a progressão do peixe, vindo do mar, quando entrava nos cursos de água para a desova.

Durante o século XVIII, o Marquês de Pombal empreendeu a reanimação da pesca na costa Algarvia, outrora florescente e então em decadência¹¹. Não

⁹ Orlando Ribeiro, num dos seus estudos, confirma a abundância piscícola das nossas águas quando refere que: "O mar adjacente à costa portuguesa é muito rico e variado de peixe, moluscos e crustáceos". (LAUTENSACH, RIBEIRO e DAVEAU, 1991, IV: 1131).

¹⁰ "Portugal foi [...] uma das primeiras nações da Europa a mandar anualmente uma frota para os bancos da Terra Nova" (LAUTENSACH, RIBEIRO e DAVEAU, 1991, IV: 1119).

¹¹ A política pombalina, procurando incentivar a pesca, criou a Companhia Geral das Pescarias do Reino do Algarve, com o exclusivo da pesca de atum e corvina naquela costa. Em seguida "(...) Pombal ocupou-se da pesca da sardinha, empenhado em expulsar das águas portuguesas os pescadores espanhóis que tinham estabelecido a sua base na praia de Monte Gordo; organizou um sindicato português para a exploração dessa pesca e fundou uma vila junto da foz do Guadiana (Vila Real de Santo António), destinada a servir-lhe de centro, ordenando que a povoação de Monte Gordo fosse

obstante estas medidas, nos finais do século era notório o declínio da pesca em Portugal, para o qual eram apontadas como principais causas, para além da extrema ignorância e pobreza dos pescadores, as humilhações a que os oficiais de justiça os submetiam, aquando da arrecadação dos tributos.

"Deste modo, quando em 1828, uma comissão legislativa se debruça ante uma proposta de lei sobre pescarias, a situação encontrada era a idêntica à anunciada em leis e obras anteriores: *«todas as pessoas informantes confessam a decadência das pescarias; todos concordam no estado de miséria e abatimento em que vivem os pescadores portugueses, estado que os obriga a expatriarem-se continuamente»*" (ALVES, 1991: 154-156).

Só em meados do século XIX as pescas portuguesas iniciaram um novo período de progresso. A partir de 1885 foi retomada a pesca do bacalhau no Noroeste do Atlântico e, por essa altura, começaram a operar os primeiros arrastões movidos a vapor¹². Foi, também, no final do século XIX que se iniciaram os estudos oceanográficos, com o impulso do Rei D. Carlos, tendo-se, então, realizado a «Missão Hidrográfica de Portugal que resultou no levantamento de toda a carta batimétrica portuguesa» (LEAL, 1985: 36).

Nos anos trinta implantou-se um novo figurino organizativo, inspirado nos princípios corporativos do Estado Novo que consistiu num elevado intervencionismo estatal exercido sobre toda a actividade económica. A ingerência estatal manifestou-se em diversos domínios, nomeadamente através do condicionamento dos investimentos da iniciativa empresarial, à aprovação oficial. São ainda aspectos fundamentais desta política, no que concerne à comercialização, a excessiva protecção do mercado interno face às importações, assim como o tabelamento dos preços no produtor.

Com o 25 de Abril de 1974, abre-se em Portugal um novo ciclo político, em que se sucederam importantes alterações económicas e sociais. Os Grémios e as Casas dos Pescadores foram extintos e, em sua substituição, foram criados, por livre iniciativa, Associações de Armadores e Sindicatos de Pescadores.

abandonada, devendo os pescadores portugueses ali residentes transferir-se para a nova vila. Como eles não obedecessem prontamente, Pombal, num dos seu assomos de inconcebível violência, mandou lançar fogo a Monte Gordo" (PERES e CERDEIRA, 1938, VI: 413-414).

¹² "Já no século XVI os portugueses pescavam o bacalhau nas águas frias do Noroeste do Atlântico; mas foi só nos fins do século XIX que esta pesca longínqua voltou a interessar com certa regularidade os armadores de alguns portos portugueses" (LAUTENSACH, RIBEIRO e DAVEAU, 1991, IV: 1137).

^B São exemplos desta política, a formação, entre 1934 e 1939, dos Grémios de Armadores e das Casas dos Pescadores, assim como dos organismos de coordenação económica, CRCB — Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau e IPCP — Instituto Português de Conservas de Peixe. Acrescente-se que as organizações associativas, tanto empresariais como sindicais, eram directamente tuteladas pelo Estado.

Porém, o quadro de protecção estatal não se esgotou com a Revolução de Abril, antes se alterou. Constituem exemplo desta política as nacionalizações de algumas das principais empresas armadoras e de transformação e comercialização de pescado.

Ao longo da década de setenta assiste-se a um reforço progressivo dos mecanismos de apoio financeiro do Estado às pescas, quer através de subsídios ao investimento ou para compensação dos prejuízos, devido ao tabelamento dos preços, quer através do crédito bonificado.

Nestes últimos anos verificou-se, em termos internacionais, uma verdadeira revolução nas pescas, à escala mundial, associada à adopção generalizada pelos Estados costeiros de jurisdições nacionais de 200 milhas. Portugal não ficou indiferente a este movimento e, em 1977, estabeleceu a sua ZEE (Zona Económica Exclusiva) nas 200 milhas, à semelhança do adoptado pelos restantes Estados Europeus.

Este facto obrigou o País a desenvolver intensos esforços diplomáticos, no sentido de salvaguardar os interesses da nossa frota de pesca em águas longínquas que, operando em águas internacionais, agora se encontravam sob a jurisdição dos respectivos Estados ribeirinhos.

Portugal, ao tornar-se membro da União Europeia, em 1 de Janeiro de 1986, integrou-se num espaço económico, social e político mais alargado, em que o primado da iniciativa privada e da economia de mercado pontificam, deixando assim de fazer sentido a existência do anterior quadro de protecção e intervencionismo do Estado.

O sector das pescas, à semelhança de outros, ficou balizado por um novo quadro jurídico, a Política Comum de Pesca, dentro do qual o País, embora possuindo uma reduzida margem de autonomia, não deixa por isso de ter um papel decisivo na mesma, já que esta resulta, em última análise, da vontade do colectivo que a elegeu.

Simultaneamente, em termos mundiais, assiste-se a uma globalização das economias e à conseqüente internacionalização dos mercados, em que a expressão mais evidente é o desenvolvimento das grandes empresas transnacionais, com implicações aos mais diversos níveis, sendo que a (re) estruturação dos tecidos produtivos e a (re) organização territorial constituem-se como os elementos mais visíveis desta nova ordem económica internacional.

A pesca portuguesa actual sendo, sem dúvida, a resultante de muitos factos ocorridos no passado e desenvolvidos de forma interactiva e diferencial no tempo e no espaço, é hoje dominada pela conjuntura, a transformação rápida e a imprevisibilidade. O actual quadro de referência implica, desta forma, um

¹⁴ Em Janeiro de 1977, o Estado Português, através do Decreto-lei n.º 33/77 de 28 de Maio fixou a dimensão e os limites do mar territorial, e estabeleceu uma zona económica de 200 milhas.

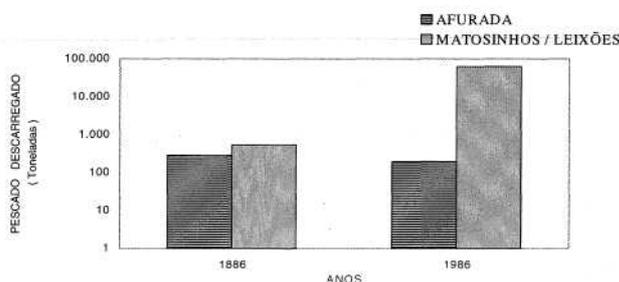
elevado esforço de reestruturação que, alterando de forma significativa a vida das populações, induz intensos processos de reconfiguração espacial das regiões costeiras.

Como reflexo territorial da evolução da actividade esboça-se, desde o início deste século, um processo de concentração espacial, acelerado a partir da década de cinquenta pela alteração tecnológica e motorização das embarcações. Este facto produziu uma nova distribuição dos núcleos piscatórios. A pulverização, por aglomerados, de toda a linha de costa, onde a pesca possuía, em termos sócio-económicos, um peso significativo, sucede uma nova imagem em que a concentração da actividade nalguns destes centros e o consequente esvaziamento de outros, determina uma descontinuidade territorial.

2. O núcleo piscatório de Afurada: estudo de caso

A Afurada, sendo um núcleo cuja génese se ficou a dever à actividade piscatória, surge como exemplo de um espaço em profunda mutação, devido aos processos de alteração tecnológica incompatíveis com a manutenção de estruturas artesanais, à semelhança de outros centros de pequena dimensão que povoam todo o litoral português.

Fig. 1 - Comparação dos valores do pescado descarregado nos portos da Afurada e de Leixões (1886-1986).



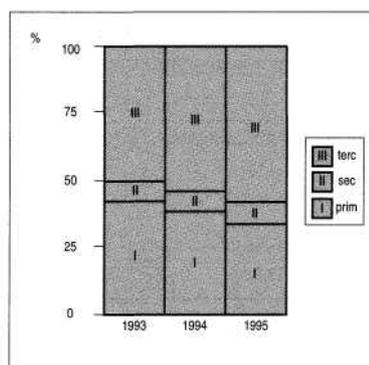
Fonte: SILVA, 1891; *Estatísticas da Pesca* (1986); *Livro de registos de venda de pescado...* (1996).

Desde meados deste século assiste-se a um processo de (re)localização da actividade piscatória até então sediada na Afurada. Efectivamente, a partir dos anos cinquenta, verificou-se uma transferência dos armadores que aqui operavam para o porto de Leixões/Matosinhos, onde não só adquiriram armazéns, mas cujas embarcações passaram também a descarregar e vender aí o pescado.

¹⁵ A este propósito o Padre Joaquim Araújo refere que, após o ano de 1948, em que se verificou o apogeu da actividade, esta começa "[...] a baixar e a passar para

Esta dinâmica de concentração geográfica da actividade piscatória, protagonizada neste caso por Leixões (fig. 1), encontra-se intimamente relacionada com as infra-estruturas de apoio à actividade piscatória. Porém, não é negligenciável, no processo de concentração da actividade, por um lado, o aumento progressivo na autonomia das embarcações, conseguido através da sua motorização e, por outro, o aumento da dimensão (TAB) dos barcos, implicando obviamente melhores condições portuárias.

Figura 2 - Evolução relativa de empresas e empresários em nome individual, sediados na freguesia de São Pedro da Afurada, em função do sector de actividade.



Fonte: Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos (1997).

Leixões, enquanto centro polarizador, teve uma influência decisiva, ao longo do tempo, na diminuição da actividade piscatória na Afurada. Mais recentemente, este factor foi reforçado pela adesão à União Europeia e a consequente abertura do mercado nacional, e a proximidade geográfica da

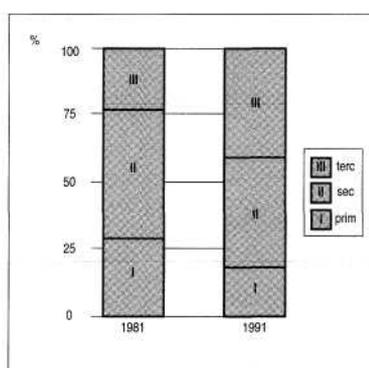
Matosinhos, não só por causa da barra do Douro oferecer perigos e às vezes os barcos que aqui estavam não podiam sair para o mar, enquanto outros queriam entrar, e não podiam fazê-lo e não tinham armazém em Matosinhos, por isso armadores de pesca de Afurada, começaram a arranjar armazéns, em Matosinhos, onde os barcos passaram a passar a safra e a vender, entrando apenas quando vinham para os estaleiros do Ouro, Afurada e até de Gaia, na margem esquerda" (1992: 75).

¹⁶ Nesta dinâmica de concentração geográfica da actividade, o protagonismo de Matosinhos é incontestável, começando-se a esboçar em finais do século passado e acelerando-se com o porto de Leixões. A este propósito Jorge Alves refere que: "Matosinhos vê crescer rapidamente o seu número de pescadores: muitos poveiros e vareiros, estes de Espinho, aí se radicam, mas sobretudo vêm aqui fazer as suas descargas de pescado, conferindo uma nova dinâmica de exportação (para Brasil e Galiza) ao porto de Leixões, recém-construído, que aumentará sensivelmente com a fixação das fábricas de conservas de sardinhas, ao raiar do novo século, as quais se tornam o melhor cliente deste tipo de peixe" (ALVES, 1991: 163).

Galiza,¹⁷ nomeadamente do porto pesca de Vigo, que veio introduzir alguns problemas no escoamento do pescado.

Porém, neste espaço, outros factores convergem, contribuindo de forma decisiva para as alterações do tecido sócio-productivo, sendo disso exemplo a abertura da Ponte da Arrábida, que alterou significativamente a posição da Afurada no contexto da cidade do Porto e da sua Área Metropolitana, favorecendo a sua aproximação, em termos relativos, ao centro de comércio e serviços do Campo Alegre e da Boavista. Uma nova lógica locativa das áreas de comércio e serviços, encontrou aqui terreno fértil à sua implantação, gerando na parte alta desta freguesia um novo pólo de centralidade. Assiste-se, assim, nesta última década, a uma crescente terciarização do tecido económico deste aglomerado e a uma progressiva diminuição da actividade piscatória (fig. 2 e 3).

Figura 3 - População Residente Activa a exercer uma profissão segundo o sector de actividade, na freguesia de São Pedro da Afurada em 1981 e 1991.



Fonte: *Recenseamentos da População e da Habitação (1981,1991)*.

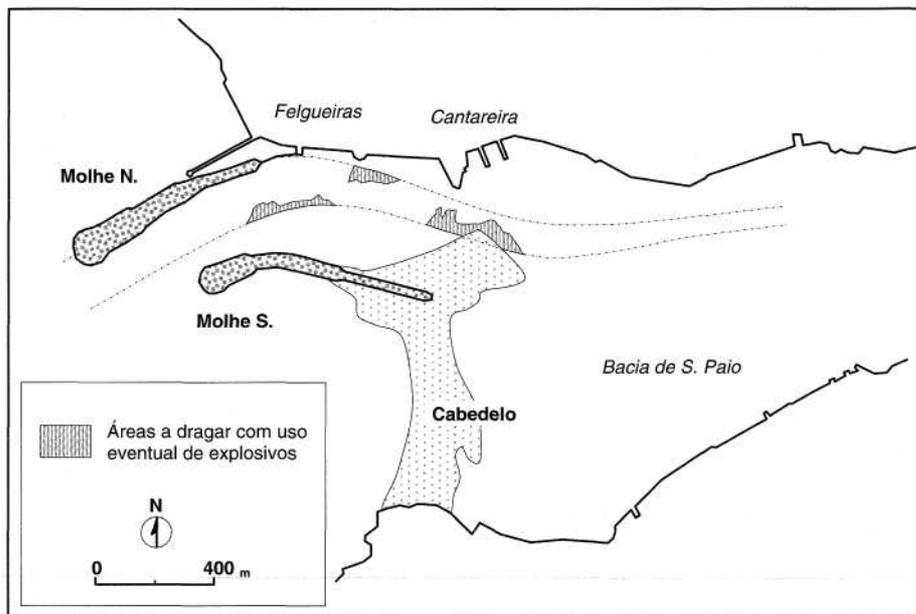
Com o actual projecto para a Barra do Douro (fig. 4) produz-se uma alteração nas variáveis que contribuiram decisivamente para o declínio da actividade piscatória neste núcleo . É por isso previsível que por causa da

¹⁷ Sobre a importância piscatória da Galiza, Bosque Maurel refere que: "[...] es la primera región pesquera de España; su fío ta sumaba la tercera parte dei T.R.B. estatal. Pêro la importancia de Galicia es muy superior; no solo tiene la mejor infraestructura en todos los sentidos sino, con diferencia, la mayor economia externa de escala pesquera de Espana" (in BOSQUE MAUREL e VILA VALENTÍ, 1989: 576).

¹⁸ Os *Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro* estabelecem as bases deste projecto que se consubstancia na construção de dois molhes, um de cada lado da embocadura e o aprofundamento do leito do rio até à cota de cinco metros abaixo do zero hidrográfico: "[...] um a norte, com cerca de 600 metros de extensão, no seguimento do actual molhe do Douro, e

alteração desta variável, de elevado impacte, nas condições de segurança na embocadura do Douro, se observem pelo menos condições para a manutenção dos segmentos que, persistentemente, ainda aí continuam a operar.

Figura 4 - Projecto para a Barra do Douro / localização dos molhes -1996 (simplificado).



Fonte: *Estudos das Obras Necessárias a Melhoria...* (1996).

No entanto, somos cépticos sobre as possibilidades de um retorno daqueles que, por razões de ordem vária, participaram nesse movimento de migração para outras áreas portuárias que lhes asseguravam maiores garantias, enquanto suporte territorial de continuidade da actividade. A reforçar este ponto de vista está o facto da actividade piscatória não ser atractiva para os jovens que, contrariamente aos seus progenitores, tem vindo a optar por outras profissões. Somos ainda de opinião que o referido projecto associado à eventual criação de uma marina na Bacia de S. Paio, produz condições

outro a sul, implantado no meio do rio, que terá um prolongamento de 750 metros a partir dos afloramentos rochosos visíveis no Cabedelo" (*O Comércio do Porto*, 18 de Novembro de 1996, p. 2). "Segundo os autores, o molhe sul visa reduzir drasticamente o volume de areia que o canal de acesso tem de movimentar, contribuindo, igualmente para a consolidação do Cabedelo. Quanto ao molhe norte, ele permitirá a melhoria das condições de abrigo, facilitando a navegação e impedindo a repetição dos ataques do mar à marginal do Passeio Alegre." (*Jornal de Notícias* de 23 de Abril de 1996, p. 8).

objectivas de emergência de empreendimentos imobiliários na margem esquerda deste troço final do Douro, área que, em nosso entendimento, deveria ser alvo de recuperação e valorização paisagística, potenciando-se, desta forma, o espaço edificado já existente. Somos, por isso, de opinião que, caso se implemente o referido projecto, os poderes públicos devem balizar a actuação dos agentes económicos, no sentido de preservar a frente de rio. Não significa isto que não devam ser incentivadas actividades turísticas, como o recreio náutico que, em complementaridade com a pesca, servirão o desenvolvimento endógeno.

Por último, julgamos indispensável existir uma maior sensibilidade dos poderes públicos para o facto da actividade piscatória constituir um pilar fundamental do nosso tecido produtivo devendo, por isso, ser tratada como um sector estratégico da economia nacional.

Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes (1991) - *A Pesca e os Pescadores do Litoral Portuense em 1868*. Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. VIII, Porto.
- ARAÚJO, Joaquim de (1992) — *História da Afurada*. Junta de Freguesia de São Pedro da Afurada, Cucujães. BOSQUE MAUREL, Joaquín; VILA VALENTÍ, Joan (1989) - *Geografía de Espana - Geografía Humana 1*. Editorial Planeta, Barcelona. CASTRO, Armando (1966) — *A Evolução da Economia de Portugal*. Portugália Editora, Lisboa.
- O *Comércio do Porto*, 18 de Novembro de 1996, Porto. COSTA, Fernando Correia da; FRANCA Maria de Lourdes Paes da (1982) - *Pesca Arte sanai na Costa Algarvia. Subsídio para o conhecimento do seu estado actual*. Instituto Nacional de Investigação das Pescas, Lisboa. EÇA, Vicente M. M. C. Almeida (1903) - *Sobre o Estado Actual das Pescas Marítimas em Portugal*. Comunicação apresentada à 2.^a Conferência preparatória na sede da Liga Naval Portuguesa (4 de Dezembro de 1902, La Bécarre), Lisboa.
- Estatísticas da Pesca* (1986) - Instituto Nacional de Estatística, Lisboa. *Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro* (1996) - Administração dos Portos de Douro e Leixões, Matosinhos. *Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos* (1997) — Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- Jornal de Notícias*, 23 de Abril de 1996, Porto: 8. LAUTENSACH, Hermann, RIBEIRO, Orlando e DAVEAU, Suzanne (1991) — *Geografia de Portugal*. Edições João Sá da Costa, Lisboa.

LEAL, Manuel Cardoso (1984) — *As Pescas Portuguesas Face à Integração Europeia*. Banco de Fomento Nacional, Lisboa. PERES, Damião; CERDEIRA, Eleutério (1938) - *História de Portugal* Portucalense Editora, Barcelos. *Recenseamento da População e da Habitação* (1981) — Instituto Nacional de Estatística, Lisboa. *Recenseamento da População e da Habitação* (1991) — Instituto Nacional de Estatística, Lisboa. SILVA, António Arthur Baldaque da (1891) — *Estado Actual das Pescas em Portugal*. Imprensa Nacional, Lisboa.

Resumo

O presente trabalho, embora procure clarificar, de uma forma geral, a actual situação da pesca em Portugal Continental, visa fundamentalmente compreender a importância desta actividade na organização do espaço.

Assim, num primeiro momento, faz-se a caracterização geral, numa perspectiva histórica, da actividade piscatória em Portugal Continental, desde finais do século XIX até à actualidade, investigando a evolução das variáveis directamente relacionadas com as estruturas de produção de pescado, nomeadamente a frota e a mão-de-obra.

A segunda parte, constituindo-se como estudo de um caso, faz incidir a observação sobre a evolução da actividade piscatória num espaço local — S. Pedro da Afurada -, numa perspectiva de análise pesca/território.

Abstract

Fishery in Portugal: The study-case of Afurada

This work, although trying to clarify the present situation of fishery in Portugal in a general way, is essentially directed to the understanding of the importance of this activity in what space organisation is concerned.

Therefore; firstly, you can generally characterize in an historical point of view the fishing activity in Portugal since the end of the 19th century until nowadays, by investigating the evolution of the variable directly connected with the production of the fishing structures namely the fleet used and the labour.

The second half is built on a case study. It is about the evolution of the fishing activity in the special spot of S. Pedro da Afurada in a perspective of analysing fishery/territory.